

# SAÚDE, ENVELHECIMENTO E RELIGIÃO: A CONTRIBUIÇÃO DE “MARIA HELENA VILLAS BÔAS CONCONE” PARA ANTROPOLOGIA

  Tânia Maria Lopes Torres <sup>1,\*</sup>

  Josildeth Gomes Consorte <sup>2</sup>

## RESUMO

Esta pesquisa investigou bibliográfica e documentalmente a contribuição da antropóloga Maria Helena Villas Bôas Conccone para o desenvolvimento da antropologia brasileira no que tange a temas tão pertinentes quanto a interrelação entre dois de seus objetos de estudo ao longo de sua carreira. Para isso, analisou-se, primeiramente, o *corpus* de sua produção científica nessas áreas e empreendeu-se uma tentativa de sistematização de suas principais ideias e contribuições para o estabelecimento e desenvolvimento dos estudos antropológicos no Brasil em relação aos temas do envelhecimento e da saúde e suas interfaces com a religião.

**Palavras-chave:** Religião. Envelhecimento. Saúde. Antropologia.

<sup>1</sup> Possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, mestrado em Estudos Latino-Americanos - University of Texas System, convalidado pela UNICAMP como mestrado em História Cultural. Pós-doutora e Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com concentração em antropologia. Docente no Centro Universitário Adventista de São Paulo (UNASP).

<sup>2</sup> Doutora em Ciências Humanas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Doutora Honoris Causa pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Docente no Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ciências Sociais na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP).

**\*Autor correspondente:**  
taniamltorres@hotmail.com

**Submissão:** 07/2021  
**Aceite:** 12/2021

## Como citar

TORRES, T. M. L.; CONSORTE, J. G. Saúde, envelhecimento e religião: a contribuição de “Maria Helena Villas Bôas Conccone” para antropologia. *Praxis Teológica*, v. 17, n. 1, p. e1573, 2021. DOI: <https://doi.org/10.25194/2317-0573.2021v17n1.e1573>.



## INTRODUÇÃO

As ciências sociais se encontram hoje – como já estiveram outras vezes – em uma encruzilhada teórico-metodológica. Os elementos novos no contexto dessa nova encruzilhada são os mecanismos de globalização, tecnologização e relativização tão impressionantemente em voga nos últimos anos. Por essa razão, elas não podem se furtar a compreender e explicar esses mecanismos e suas consequências. A esse respeito, M’Bow (1978, p. xviii) afirma:

A evolução das ciências sociais e humanas expressa, no nível mais profundo, a busca do ser humano pelo significado de sua existência e de sua ação, uma busca que não é, de modo algum, passiva, e sempre se experimenta no estabelecimento de uma relação consigo mesmo. O ser humano só chega ao conhecimento de si mesmo à medida que assume responsabilidade por si mesmo, escolhe o que é e forja sua própria humanidade.

É em função dessa constatação que M’Bow (1978, p. xviii) define “cultura” como “certo jeito de ser, certo modo de aceitar responsabilidade por si mesmo diante das opções oferecidas pela vida, certa maneira de adotar certos valores e contribuir para sua instituição”. Nesse sentido,

As ciências que se chamam “culturais”, em função de se relacionarem com os valores que compõem o significado da vida, não podem se limitar a um esclarecimento desses valores: elas contribuem para o seu estabelecimento e reforço. Elas guiam os passos da comunidade para a redescoberta de suas *raisons d’être*, daqueles mecanismos profundamente internalizados que permitem que seja quem é, mesmo diante das mudanças radicais que lhe são impostas como consequência do progresso. (M’BOW, 1978, p. xviii)

A problemática do presente trabalho se enquadra, portanto, em um estudo individual, com ênfase em produção acadêmica, a fim de responder à seguinte indagação: que tipo de contribuição uma antropóloga brasileira tão atuante quanto a professora doutora Maria Helena Villas Bôas Concone, docente do Programa de Doutorado em Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), pode ter dado e pode ainda estar dando à pesquisa na área da antropologia, diante do quadro extremamente volátil das ciências sociais na contemporaneidade, a fim de garantir o estabelecimento e o reforço de valores que cooperem para a responsabilidade social e a humanização das pessoas e instituições?

De acordo com Vidya Mitra (2018, p. 1), “a antropologia é a mais liberadora de todas as ciências”, justificando essa declaração apaixonada com o fato de que “nos últimos cem anos, especialmente nos últimos cinquenta anos, ela consistentemente tentou nos libertar de muitas falácias e conceitos equivocados”. De fato, “ela foi bem-sucedida em explodir o mito da superioridade social e cultural” e colocou “a humanidade inteira no mesmo pedestal”.

No esteio da constatação da importância estratégica da antropologia para o desenvolvimento de visões abrangentes e equilibradas do ser humano e de sua trajetória neste planeta, são necessários vislumbres acerca dos caminhos que a própria ciência tem percorrido e daqueles destinos para os quais esses caminhos apontam. Não se trata, porém, de estabelecer algum tipo de teleologia para a

ciência antropológica, mas de confirmar a pertinência dos caminhos por ela escolhidos e olhar inquiridoramente para o futuro a fim de perceber sua coerência e plausibilidade.

Este trabalho se justifica porque há muito se reconhece o valor da sistematização de esforços e tendências no estudo antropológico. Já foi dito, com respeito a esse tipo de sistematização nas ciências sociais, que “as lacunas e as inadequações na prática corrente só aparecem quando se entra no assunto e se descobrem poços escuros que ainda não foram explorados” (M’BOW, 1978, p. xvii). Além disso, Maria Helena Villas Bôas Concione, objeto desta pesquisa, começa sua atuação numa época fundamental para a história da antropologia. De acordo com Havet (1978, p. xliii),

O desaparecimento gradual, devido ao impacto da “civilização”, das assim-chamadas sociedades primitivas ou tradicionais, que forneciam sua matéria-prima de estudo, e a eliminação da assimétrica relação humana previamente subjacente à prática investigatória, agora a forçam a se redefinir e a encarar o dilema de ou se voltar para o estudo de outras formações sociais e introduzir outras configurações de pesquisa, enquanto mantém e desenvolve o estilo específico que define sua identidade como disciplina, ou, em vez disso, dedicar-se a dar uma contribuição básica e exemplar com vistas a um puro conhecimento dos fenômenos humanos (em contraste com um conhecimento necessariamente relativo, por sua subordinação à utilidade social), enquanto se engaja numa formalização cada vez mais sofisticada e intelectualmente mais satisfatória dos dados compilados sobre as sociedades e culturas que não mais dão acesso à observação direta e “participatória”.

De fato, em circunstâncias tão desafiadoras assim, parece que, “em sua busca por uma nova declaração de sua própria identidade, vai ser com a sociologia e a história que a antropologia vai manter seu diálogo mais básico” (HAVET, 1978, p. xliii).

O fato de a antropologia ter se aproximado da sociologia como nunca antes não deveria nos surpreender. Afinal de contas, conforme afirma Goodman (2006, p. 69), “a antropologia e a sociologia partilham de antecedentes intelectuais comuns da mesma forma que o judaísmo e o cristianismo. As duas têm que ver essencialmente com a relação entre os indivíduos e a sociedade, dependendo como cada uma é definida em um lugar ou tempo particular”.

Poucos, porém, são os estudos da antropologia urbana que se voltam para o envelhecimento e a saúde (KEMPER, 1991, p. 384). O presente trabalho se justifica, portanto, por procurar mostrar como essas áreas menos visíveis na antropologia urbana dos países anglófonos, especialmente os Estados Unidos, estão se tornando cada vez mais importantes no ambiente acadêmico do Brasil, graças, pelo menos em parte, aos esforços de uma antropóloga da PUC-SP, que os está colocando sob os holofotes da antropologia urbana.

Sendo assim, o objetivo deste estudo é analisar o percurso acadêmico da antropóloga Maria Helena Villas Bôas Concione, sistematizar sua contribuição e mapear suas tendências investigatórias, dando atenção especial a uma de suas áreas de pesquisa: suas investigações sobre o envelhecimento e sua relação com a saúde.

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS SOBRE TENDÊNCIAS ATUAIS DA ANTROPOLOGIA

São várias as tendências atuais da pesquisa antropológica. A primeira emana do desejo antropológico de compreender a cultura a partir da percepção daqueles que a produzem. A essa primeira vertente pertence Geertz (2001), que considera o símbolo como o meio pelo qual as pessoas definem e transformam seu mundo em uma espécie de modelo com o qual fazem sentido do universo. Em contexto análogo, Turner e Turner (1985) se voltam para a religião e o ritual e analisam os símbolos dos rituais como fatores de ação social.

Outra vertente se preocupa mais com a psicologia dos processos cognitivos. Essa área, cujo principal pioneiro foi Levy-Strauss, tenta compreender as infraestruturas cognitivas e sociais, geralmente ocultas, que acabam por se manifestar em comportamentos ditos “de superfície”, razão pela qual a vertente concentra a atenção nas informações pertinentes à arte, linguagem e mito (MITRA, 2018, p. 1).

A terceira vertente, derivada dos estudos de Franz Boas, se volta principalmente à questão da evolução cultural. Um de seus proponentes chega a sugerir que o nome “antropologia” não representa adequadamente o objeto de estudo da ciência, recomendando que a antropologia seja compreendida, acima de tudo, como “culturologia” (WHITE, 2007). Nessa perspectiva, os símbolos adquirem, mais uma vez, importância capital, sendo considerados os elementos que tornam possível a adaptação cultural. Segundo Mitra (2018, p. 2),

A psicologia é uma expressão da cultura, de acordo com White, e não a sua causa. A natureza humana não passa de natureza cultural e qualquer explicação baseada em características inatas não pode ser correta, pois tais características precisariam ser uma constante, universal em todos os seres humanos, e uma constante não pode explicar uma variável.

A quarta vertente é a assim chamada “ecologia cultural” (STEWART, 1977), que vê a própria cultura como meio de adaptação ao ambiente; por isso, se ocupa principalmente da relação entre o organismo humano presente e o elemento superorgânico denominado “cultura”. Sahlins e Service (1960) tentaram harmonizar essa vertente com a anterior, sugerindo que a evolução tem duas faces: geral (um grande movimento do simples para o complexo) e específica (uma mudança como resposta adaptativa a um nicho ecológico). A proposta foi duramente atacada (NAROLL, 1961). Apesar disso, seus defensores continuam com a analogia biológica, mas explicam que, na evolução cultural, a mudança é aditiva e pode ser transmitida por difusão, um meio muito mais rápido do que a transmissão genética; sendo assim, a evolução específica implica maior adaptação, e a evolução geral, maior adaptabilidade (MITRA, 2018, p. 3-4).

Para recapitular e resumir as quatro vertentes principais, talvez seja útil encapsular suas posições com rótulos curtos, embora não inteiramente abrangentes: antropologia simbólica, antropologia estruturalista, antropologia da evolução cultural e antropologia da ecologia cultural. Além delas, há outras, ainda incipientes, que buscam uma aceitação mais ampla do que a prática

anterior tinha permitido, entre as quais a antropologia urbana e a neuroantropologia. No caso desta última, Roepstorff e Frith (2012, p. 101) a definem como

uma garota recém-chegada ao quarteirão acadêmico. Ela parece oferecer uma síntese metodológica e conceitual, que corrige linhas defeituosas atuais, tanto como disciplinas quanto como departamentos. Não estamos de todo convencidos de que ela vai contribuir nesses campos. Entretanto, ela tem o potencial de abrir novas formas de fazer e pensar a “antropologia experimental” como método, como objeto de estudo e como estética de pesquisa.

Como se vê, a antropologia é amplamente diversa e segue as linhas mais distintas de estudo. Concone se filia, aparentemente, à primeira das linhas principais de pesquisa desse quadro teórico de referências. Entretanto, seus interesses investigatórios também podem ser alocados nesse “novo” tipo de antropologia, que Low (2005) denomina “antropologia urbana”, cuja moldura teórica inclui temas como pobreza, racismo, globalização e arquitetura urbana, com base no que considera as cinco facetas do ambiente urbano: a cidade dividida, a cidade contestada, a cidade global, a cidade moderna e a cidade pós-moderna. Ao fazer isso, Low (2005) assinala também as tendências investigatórias dessa “nova” disciplina, incluindo investigações pós-estruturalistas sobre raça, classe e gênero no contexto urbano, estudos sobre política e economia na cultura transnacional e estudos sobre os símbolos e a produção cultural dos espaços urbanos.

Conforme afirma Sanjek (1990, p. 154), o tipo incipiente de antropologia urbana que existia até o fim da década de 1970 está morto. Trata-se, agora, em vez disso, de um novo tipo de antropologia urbana, senão um novo tipo de antropologia, ou, como diz Sanjek, “antropologias”. Low (2005, p. 1) sugere que a razão por que o espaço urbano recebeu tão pouca atenção teórica na antropologia até o início dos anos de 1980 se deve ao fato de que esse foi tradicionalmente um tema da sociologia. A pesquisadora reclama que, embora os dados antropológicos sejam vitais para a compreensão dos problemas urbanos, os antropólogos se mostravam relutantes em participar dos debates pertinentes à vida urbana.

Kemper (1991, p. 380), contestando algumas das conclusões de Sanjek (1990) quanto à pouca utilidade da antropologia urbana, aponta para tendências investigatórias que valorizam os dados primários, mais do que os secundários; preferem um uso restrito de estatística e amostragem; enfatizam mais o estudo de caso do que a pesquisa comparativa; e optam por abordagens sincrônicas em vez de longitudinais, especialmente no caso do periódico *Urban Anthropology*, um dos mais influentes na área. Para Kemper (1991, p. 380), as tendências investigatórias da antropologia urbana têm variado tanto a ponto de incluir desde “estudos individuais”, “contextos sociais específicos (bares, praias, *skid rows*<sup>1</sup>, mercados, gangues, *shopping centers*, aeroportos, festivais)”, “unidades residenciais (vizinhanças, parques de estacionamento para trailers, apartamentos, *SRO hotels*<sup>2</sup>, lares para aposentados)” e “locais de trabalho (fábricas, linhas de montagem e escolas)”, até estudos

<sup>1</sup> Os assim chamados *skid rows* são regiões urbanas, do tipo Cracolândia, frequentadas por desocupados, bêbados e viciados em drogas.

<sup>2</sup> *SRO hotels* (ou *single-room occupancy hotels*) são unidades residenciais para pessoas carentes, compostas de quartos individuais em dependências que incluem, pelo menos, uma cozinha, uma sala de estar e uma lavanderia para uso comum.

comparativos em uma mesma comunidade, estudos multicomunitários, *surveys* regionais e nacionais, e estudos gerais de teoria e metodologia. Antes disso, Torry (1979, p. 43-52) ainda fala de uma temática bastante importante para a pesquisa relacionada com as diversas comunidades: uma espécie de antropologia das catástrofes.

Em relação às diferentes ênfases dos dois grandes blocos geográficos de teoria antropológica, Goodman (2006, p. 74) afirma que a antropologia norte-americana é mais comparativa, mais focada na teorização e no contemporâneo, ao passo que a europeia é mais linguística, mais dependente da história, mais respeitosa dos antropólogos nativos e menos suscetível aos modismos teóricos. Guerrón-Montero (2002, p. 2-4) enfatiza, por sua vez, que os temas mais pertinentes, no âmbito da antropologia latino-americana, são os aspectos étnicos, o gênero, os direitos das crianças nos contextos urbanos, a educação, o trabalho de campo e mesmo as tendências investigatórias em antropologia.

Percebe-se, portanto, que a antropologia vem sofrendo recentemente de um intenso redirecionamento de interesses. Marcus (1999, p. 3-28) fala de mudanças drásticas na prática da pesquisa antropológica, que passou a incluir novos e mais complexos locais, desde os sofisticados gabinetes das corporações multinacionais até as salas de *chat* na *internet*, e isso vem redesenhando o caráter do trabalho de campo e do próprio pesquisador de campo. Segundo Marcus (1999, p. 3),

A crítica das ciências humanas, desde meados da década de oitenta, tem tido um destino peculiar, um destino sobrecarregado por um dos tipos do conhecimento que lhe é peculiar, imposto por questionamentos prescritos por sua própria natureza, que ela não pode evitar, mas que, transcendendo suas limitações, ela tampouco consegue responder. Entre esses questionamentos está até que o ponto a própria linguagem da crítica já faz parte dos próprios discursos que ela pretende transformar.

De acordo com o autor, esse redirecionamento de interesses vem causando uma espécie de estranhamento entre os profissionais da área:

Não se trata do estranhamento tradicional e exótico do trabalho de campo antropológico, de estarmos imersos em outros mundos de diferença que a própria antropologia nos preparou. Trata-se, em vez disso, dessa condição que produz o estranhamento aqui, o estranhamento de estarmos imersos em escritas, pesquisas e compromissos que nos precedem, que nos cercam e em relação aos quais precisamos definir um relacionamento precisamente para que possamos desenvolver nossos esforços etnográficos. (MARCUS, 1999, p. 3)

Está cada vez mais claro, por exemplo, que o estudo antropológico da política é, em si mesmo, um processo político, movido por uma escolha política (VINCENT, 1990, p. 1). Por essa razão, tem-se notado que “a antropologia colocou definitivamente o pé na esfera pública” (CHECKER, 2009), dando cada vez mais atenção, nos Estados Unidos, a temas como: guerra e paz; mudança climática; recuperação de desastres naturais, industriais e resultantes do progresso; direitos humanos; disparidades de saúde; compreensão racial, política e equidade.

Finalmente, há ainda a tendência de considerar o impacto da pós-modernidade na prática antropológica. Goodman (2006, p. 70), por exemplo, afirma que, pelo menos em seu contexto de trabalho, “o desenvolvimento da pós-modernidade também se ligou a um movimento de afastamento

de suas raízes científicas e uma aproximação com as humanidades e à susceptibilidade cada vez maior à influência de teorias conectadas à crítica literária”.

Nesse sentido, muitos antropólogos passaram a se interessar mais em seu próprio papel como observadores do que nas pessoas a quem estudam. Como outra consequência da pós-modernidade, criou-se uma vertente antropológica relacionada com a moralidade (FASSIM, 2015), especialmente o raciocínio moral, considerado uma espécie de “caixa-preta” da antropologia (SYKES, 2015, p. 180).

## METODOLOGIA E TÉCNICA DE PESQUISA

A proposta de análise e sistematização da produção da antropóloga brasileira “Maria Helena Villas Bôas Concone” com longa atuação profissional, faz deste estudo, de certa forma, uma espécie de exame de tendências investigatórias nas áreas por ela pesquisadas. Trata-se, no mínimo, de uma análise das tendências que ela estabeleceu ou seguiu na construção de sua carreira acadêmica. Um estudo assim, numa ciência que lida com valores fundamentais, “nos traz ao cerne do problema da clarividente pressuposição de que a raça humana é responsável por si mesma” (M’BOW, 1978, p. xix).

Para uma empreitada desse porte, não foi necessária a exaustividade absoluta. Segundo Freedman (1978, p. 5), se descobrem as tendências principais “pela experiência e pelo ajuizamento, e não por meio de um escrutínio pseudocientífico de todas as obras escritas sobre antropologia social/cultural, etnologia e etnografia em todas as línguas”. Além disso, a pretensão do presente trabalho foi muito mais modesta: identificar e compreender as tendências investigatórias na trajetória acadêmica de uma importante antropóloga brasileira. Trata-se, de fato, de um ajuizamento, pela experiência, de que uma profissional de atuação tão persistente e enriquecedora deve, necessariamente, ter contribuído para a definição das tendências investigatórias na perspectiva mais ampla do papel agora desempenhado pela antropologia no cenário brasileiro.

Ainda assim, o exame dos principais itens na produção acadêmica de Concone foi feito com vistas à sistematização de suas tendências investigatórias e contribuições no campo da antropologia e de suas ciências auxiliares. Buscou-se uma análise que elucidasse a contribuição principal nas duas primeiras das três grandes temáticas desenvolvidas por ela: envelhecimento, saúde e religião. Além disso, por uma questão de delimitação do *corpus* de análise, a atenção da pesquisa incidiu principalmente sobre os artigos que a antropóloga publicou em periódicos científicos. Porém, a título de complementação, analisaram-se também alguns capítulos de livros, bem como teses de doutorado e dissertações de mestrado que Concone orientou, ficando excluídos os resumos, a produção técnica e artística, as orientações de trabalhos de conclusão de pós-graduação *lato sensu* e trabalhos de conclusão de curso de graduação, e outras produções bibliográficas.

No caso dos artigos científicos, a análise se esforçou para ser a mais exaustiva possível, abrindo-se uma exceção para aqueles que não foram localizados; em relação aos capítulos de livros, o foco recaiu sobre os itens disponíveis na biblioteca da mesma universidade. No que se refere às orientações de dissertações e teses, o critério de inclusão foi o da conveniência, ou seja, foram examinadas as dissertações e teses disponíveis no repositório *online* da PUC-SP. A análise das

orientações de dissertações e teses teve lugar aqui, pois geralmente se leva em conta que as tendências são estabelecidas de “baixo para cima”, ao passo que as modas o são “de cima para baixo” (HANNERZ *apud* VINCENT, 1990, p. 427). Essa declaração não invalida, contudo, algumas constatações relativas às desigualdades epistemológicas em termos do impacto das relações de poder: “*é claro* que o conhecimento é situado. *É claro* que o acesso ao conhecimento e aos sistemas de símbolos nos quais ele se codifica é desigual. *É claro* que algumas pessoas têm mais poder sobre esses sistemas do que outras” (KEESING *apud* VINCENT, 1990, p. 427, grifos do autor). Apesar disso, considerou-se que o nível paradigmaticamente mais fraco dessa produção podia contribuir para melhor identificação de tendências de fato pertinentes e, até certo ponto, permanentes, levando-nos para além dos modismos.

Como costuma acontecer quando se opta por certa moldura teórica, acaba-se por “fragmentar a realidade de modo arbitrário: descontinuidades podem aparecer onde nenhuma descontinuidade deveria ser visível e, o que é pior, tópicos e abordagens que talvez pudessem ter sido claramente explicitados por outras molduras acabam, aqui, obscurecidos e até negligenciados” (FREEDMAN, 1978, p. 6). Infelizmente, pouco se pode fazer para evitar esse efeito desagradável e não intencional. O próprio autor explica que “a antropologia social e cultural é, para a grande maioria de seus adeptos, uma disciplina passível de ser praticada justamente por causa da limitação de seu escopo: poucos, talvez nenhum, de seus estudiosos conseguem praticá-la em todas as suas áreas” (FREEDMAN, 1978, p. 8).

A presente pesquisa focou, então, tendências investigatórias na forma de estudo individual, sob a perspectiva da produção acadêmica de uma fecunda antropóloga brasileira. Trata-se, portanto, de uma investigação bibliográfica e documental da contribuição de Maria Helena Villas Bôas Concone para o desenvolvimento da antropologia brasileira no que tange a temas tão pertinentes quanto a inter-relação entre dois de seus três objetos de estudo ao longo da carreira: saúde, envelhecimento e religião. Para isso, examinou-se primeiramente o *corpus* de sua produção científica; em segundo lugar, fez-se uma análise de sua orientação de teses e dissertações; e, finalmente, buscou-se sistematizar suas principais ideias e contribuições para o estabelecimento e fortalecimento dos estudos antropológicos no país.

## OS CAPÍTULOS DE LIVRO

O levantamento feito com respeito à produção de capítulos de livros por Maria Helena V. B. Concone sofreu a frustrante limitação de estes simplesmente não estarem disponíveis para a consulta. Por isso, optou-se por uma amostra de conveniência: o exame de apenas três capítulos de livros possíveis de serem encontrados e acessados. O mais antigo desses capítulos, intitulado “Os sentidos da saúde: uma abordagem despreziosa”, foi publicado em 2003 na coletânea organizada por Goldenberg, Marsiglia e Gomes, intitulada *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e da saúde*. Os outros dois capítulos, “A pesquisa e a ética” e “Antropologia da saúde/doença”, apareceram na coletânea *Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde*, organizada por Guerreiro, Schmidt e Ziker. Os três capítulos são produções individuais, dois dos quais são de perceptível natureza bibliográfica; a metodologia do outro tem por base a análise do que



a autora chama de “experiências vividas”, referindo-se especificamente à sua participação no Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo (CONCONE, 2008a, p. 110). Os três capítulos se inserem na área da antropologia da saúde, conforme mostra a Tabela 1.

**Tabela 1** – *Corpus* de capítulos de livros

Ano	Fonte	Coautoria	Tema	Título	Método
2003	Clássico	SC	Saúde	Os sentidos da saúde: uma abordagem	Biblio
2008	Ética	SC	Saúde	A pesquisa e a ética	Exper
2008	Ética	SC	Saúde	Antropologia da saúde/doença	Biblio

**Legenda:** SC = sem coautoria

**Fonte:** Elaboração própria.

## Os sentidos da saúde

Concone publicou o capítulo “Os sentidos da saúde: uma abordagem despretensiosa” no livro *O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*, organizado por Goldenberg, Marsiglia e Gomes, em 2003. Trata-se de um artigo relevante para os propósitos da presente análise, uma vez que se refere às tendências observadas à época nos estudos antropológicos da saúde. Nele, a autora tenta, primeiramente, esclarecer os sentidos de cultura e subjetividade, explicitando as relações entre ambos.

No que chama de uma “leitura síntese” e não mediada, Concone (2003, p. 75) propõe que o tema traz “a ideia da não universalidade substancial da cultura” e “a exigência de se tomar saúde no plural, articulada a sentido”. Critica, então, a definição de saúde, dada pela Organização Mundial da Saúde, como “um estado de bem-estar”, que ela considera tautológica e de caráter invertido por dizer que saúde é o oposto de doença. Para embasar seus argumentos, a antropóloga se refere, portanto, à fala dos entrevistados em uma pesquisa de campo que realizara 20 anos antes, cuja análise a leva à conclusão de que “as noções de bem-estar, ou qualidade de vida [...], dependem das escolhas feitas, dos sentidos atribuídos aos valores confrontados” (CONCONE, 2003, p. 76-78), o mesmo valendo, portanto, para a definição de saúde.

A partir daí, Concone (2003, p. 78-79) se volta para o tema das subjetividades como possibilidades do universo sociocultural, em que coexistem uma gramática (estrutura), uma semântica (sistema de significações) e um vocabulário, o que exige constantemente a distinção entre forma e significado. No contexto do debate acerca do relativismo cognitivo, ela analisa as posições do solipsismo, segundo o qual “nunca temos acesso ao mundo exterior”, só “às nossas sensações”; e o ceticismo radical, de acordo com o qual “é evidente que existe um mundo exterior à consciência, mas é impossível obter um conhecimento confiável desse mundo” (CONCONE, 2003, p. 80). Isso é necessário para que a autora descarte tanto um como outro e expresse sua convicção de aceitar o conhecimento científico como válido (CONCONE, 2003, p. 81).

O parágrafo final do capítulo representa bem a conclusão a que a antropóloga chega quando advoga “a necessidade e a riqueza das colaborações pluridisciplinares, dos trabalhos interdisciplinares

que possam vir a contribuir para a construção de uma visão transdisciplinar de saúde-doença que resgate a verdadeira complexidade do fenômeno” (CONCONE, 2003, p. 82).

## A pesquisa e a ética

No capítulo “A pesquisa e a ética”, Concone avalia que os debates éticos estão se tornando cada vez mais comuns, complexos e urgentes, pois envolvem questões sociais, culturais, econômicas, ecológicas e epistemológicas (CONCONE, 2008a, p. 109). Para ela, porém, “ética e complexidade, ecologia e ruptura do antropocentrismo são [...] temas maiores dos quais cabeças bem pensantes (e por ironia especializadas e privilegiadas) têm se ocupado”; por isso, se além aos aspectos éticos que abarcam pesquisas no campo da saúde, escolhendo tratar de umas poucas questões “sensíveis e polêmicas” para estimular o debate: “a questão dos paradigmas, a preferência pela pesquisa qualitativa, a relação entre pesquisa qualitativa e quantitativa, os desafios éticos do cientista social” (CONCONE, 2008a, p. 110).

Ao tratar da assim chamada “crise dos paradigmas”, Concone (2008a, p. 111-112) relembra a perda da confiança na epistemologia, o que resultou na dissolução da diferença entre as ciências naturais e sociais, e ao reconhecimento de que a pós-modernidade testemunha uma fragmentação mais temática do que disciplinar. Nesse sentido, citando Santos (1993, p. 49), “inovação” nada seria senão a invenção de “contextos persuasivos”.

Concone (2008a, p. 114) também salienta o fato de que a pesquisa qualitativa, apoiada pela antropologia e pela psicologia, se tornou a preferência na área da saúde e, além disso, passou a ser vista como oposta à pesquisa experimental, especialmente as de cunho farmacológico e de índole positivista. Por isso, Concone (2008a, p. 115) expressa sua preocupação de que as pesquisas qualitativas às vezes se prestem à “simplificação extrema” e à repetição do óbvio, embora elogie o fato de serem capazes de buscar valores, representações e “motivos sutis”. Ela chega a fazer um apelo à atenuação dessa oposição e à complementação de uma pela outra (CONCONE, 2008a, p. 116).

Sua experiência no Comitê de Ética em Pesquisa da Secretaria Municipal de Saúde de São Paulo leva a antropóloga a reconhecer que eticamente é mais difícil justificar uma pesquisa qualitativa do que uma investigação quantitativa, pois há mais problemas de ordem ética que envolvem “sigilo, privacidade e anonimato dos participantes” (CONCONE, 2008a, p. 117). O mesmo pode ser dito dos riscos e benefícios, o que exige um papel educativo essencial da parte dos comitês de ética e que precisa ser levado a sério (CONCONE, 2008a, p. 120).

Sua longa experiência docente em saúde, por outro lado, faz com que Concone (2008a, p. 121) reconheça os desafios cognitivos e psicológicos da pesquisa nessa área, uma vez que os pesquisadores muitas vezes não se interessam pelos aspectos antropológicos. Por essa razão, ela preferiu não estabelecer uma distinção rígida “entre pesquisas ‘qualitativas’ e ‘quantitativas’”, optando por “questionários aplicados pelos alunos em espaços predeterminados” e lhes impondo a necessidade de “tabular os resultados, organizá-los e interpretá-los” (CONCONE, 2008a, p. 122-123). Para Concone (2008a, p. 127), “o trabalho entre profissionais de áreas diferentes quase sempre encontrou e continua encontrando muitos percalços, que sem dúvida rebatem na avaliação ética que cada parceiro faz das respectivas atuações e talvez especialmente das atuações alheias”. Por isso,

Atingir aquele ideal propalado no “paradigma emergente” demanda realmente um investimento pessoal e coletivo que deve começar nas Universidades e encontrar eco nos bons comitês de ética, menos preocupados com a formalização e mais preocupados com a ética propriamente dita. (CONCONE, 2008a, p. 127)

## Antropologia da saúde/doença

O capítulo “Antropologia da saúde/doença” faz parte da mesma coletânea do capítulo descrito anteriormente e, embora pequeno, contém uma proposta pretensiosa tanto pelo tipo da exposição quanto pela complexidade do tema da antropologia da saúde e da doença. Segundo Concone (2008b, p. 286), as discussões que a antropologia levanta são “capazes de gerar desconforto entre seus eventuais parceiros no amplo campo da saúde [e] de questionar posturas internas à própria disciplina”. Sua sugestão é que, no foco das questões da saúde e da doença, da vida e da morte, “este ramo da antropologia é bastante estratégico para evidenciar ambiguidades da reflexão antropológica” e das “dificuldades para conciliar o geral e o particular, o biológico e o sociocultural”.

Concone (2008b, p. 287) faz, então, uma pergunta retórica: “por que considerar a antropologia da saúde e da doença como estratégica para discutir o pensamento antropológico?”. Ela sugere uma resposta que considera óbvia, embora reconheça que “nem sempre, entretanto, o óbvio é óbvio”: “este ramo da antropologia tomando como objeto de investigação a saúde e a doença alia as dimensões biológica, cultural e social”, lidando, portanto, “com dimensões universais e particulares”. Em sua opinião, a antropologia se recusa, porém, a falar em “uma natureza humana substantiva de modo universal” (CONCONE, 2008b, p. 288). Apesar de tantas obviedades, “a aproximação entre as faces biológica e cultural dos fenômenos humanos (sejam elas a doença, a saúde, os cuidados com o corpo ou as considerações sobre o envelhecimento) não parece fácil de estabelecer”. Ela exemplifica essa última declaração, na nota de rodapé nº 3, com o caso do aumento da longevidade, geralmente entendido como dado positivo: “um ganho atribuído em boa parte aos avanços da medicina e da farmacologia, à extensão dos serviços médicos e do saneamento básico”. Por outro lado, “há um aumento inquestionável [...] da incidência de doenças (sobretudo degenerativas e cardiovasculares) no processo de envelhecimento”, marcado pelo comprometimento da memória e intensificado por problemas relativos ao sistema securitário; tudo isso leva à definição de velhice como doença incurável e à concomitante “medicalização da sociedade” (CONCONE, 2008b, p. 289).

Concone (2008b, p. 291-292) discute, então, a natureza construída da noção de doença e vê o alívio do sofrimento como uma perspectiva universal humana. Ao discutir, logo depois disso, sobre a falsa ideia de que nosso sistema de parentesco reflita uma ordem natural, Concone (2008b, p. 293-294) se refere ao confronto (mediado pela filosofia, sociologia e antropologia) das ciências naturais com a noção de historicidade e enfatiza, com base em Good e Laplantine, que, na antropologia médica, as generalizações são mais importantes do que as comparações (CONCONE, 2008b, p. 297-298).

Esse capítulo de Concone (2008) teve como objetivos descrever, portanto, as preocupações mais prementes da antropologia da saúde e da doença e propor caminhos para trabalhos na área que

considerem o aspecto religioso. Entretanto, o *background* para essa discussão foi precisamente o necessário diálogo entre a antropologia e as ciências da saúde. Sua posição final quanto ao assunto é que “para qualquer antropologia digna do nome, a questão hoje é buscar uma visão integrada do seu objeto evitando a fragmentação escamoteadora da complexidade” (CONCONE, 2008b, p. 301).

Os três tópicos analisados nesta seção representam o pensamento de Concone com respeito às tendências da antropologia em relação ao seu tratamento da saúde, da doença e do envelhecimento. Em primeiro lugar, fica expressa sua preocupação com uma definição adequadamente antropológica desses conceitos, bem como seu desejo de que essa área seja investigada de forma colaborativa e trans e interdisciplinar. Em segundo lugar, salienta-se sua preocupação ética com as pesquisas realizadas na área, o que exige que os comitês de ética em pesquisa contribuam para a educação dos pesquisadores. Finalmente, em terceiro lugar, Concone preconiza a necessidade de diálogo entre os pesquisadores e os diferentes campos e insiste na inclusão do campo religioso nas discussões sobre saúde.

## OS ARTIGOS EM PERIÓDICOS

A produção acadêmica da antropóloga Maria Helena V. B. Concone é vasta, e seria uma empreitada difícil dar-lhe um tratamento exaustivo em um trabalho de intenções e proporções tão modestas. Além disso, a metodologia adotada não exige exaustividade. Por isso, optamos aqui por duas estratégias importantes na formação de um *corpus* para análise. Selecionamos dois temas que uma análise preliminar detectou como os mais dominantes em seus escritos – envelhecimento e saúde –, limitando o escopo do presente trabalho à antropologia da saúde e do envelhecimento conforme essas temáticas são desenvolvidas pela antropóloga. Também decidimos recorrer a uma amostra de conveniência, isto é, incluímos no *corpus* aqueles trabalhos disponíveis na *internet*, mesmo porque imaginamos que trabalhos assim acabem se tornando mais visíveis e influentes.

### O *corpus*

Conforme se pode perceber na Tabela 2, o *corpus* da análise qualitativa desta seção inclui dez artigos, publicados entre 2007 e 2016, portanto em um intervalo de nove anos, dos quais o de 2012 foi o mais produtivo, com três publicações. Sete artigos apareceram no mesmo periódico – *Kairós* –, o que constitui 70% da produção; os demais se distribuíram em três periódicos distintos, não mais havendo nenhuma repetição.

**Tabela 2** – *Corpus* de artigos em periódicos científicos

Ano	Fonte	Coautoria	Tema	Título	Método
2007	Kairós	SC	Ger	Medo de envelhecer ou de parecer?	-
2009	Kairós	Murta	Ger	Idade: a manifestação de <i>cronos</i> nos jornais	Documental
2009	Kairós	Ximenes	Ger	Velhice e trabalho: uma relação possível?	Documental
2012	Kairós	SC	Ger	Finitude e morte: certezas negadas	Bibliográfico

2012	Kairós	Rezende/Lodovici	Ger	Infinitude na religião: quando uma vida só	Bibliográfico
2012	Kairós	Villasenor	Ger	A celebração da morte no imaginário pop	Bibliográfico
2014	Argum	<i>Et alii</i>	Ger	Atenção à saúde do idoso: políticas públicas	Entrevista
2014	Tempus	<i>Et alii</i>	Ger	Como gostaria de ser cuidado na velhice?	Entrevista
2015	Kairós	<i>Et alii</i>	Ger	Alterações físicas decorrentes	Entrevista
2016	EIE	<i>Et alii</i>	Ger	Quem cuidará de nós em 2030?	Prospecção Entrevista

**Legenda:** SC = sem coautoria

**Fonte:** Elaboração própria.

Apenas dois artigos, identificados pela sigla SC (sem coautoria), são de produção individual, ao passo que quatro tiveram autoria múltipla, indicados pela expressão latina *et alii* (“e outros”); os outros quatro foram escritos por cinco autores. A metodologia mais empregada foi a entrevista, com quatro menções, e apenas um não identifica a utilizada. A pesquisa bibliográfica ocorre três vezes, e a documental, duas. A temática contempla, em sua totalidade (dez ocorrências, isto é, 100%), a gerontologia, cujo tratamento se dá sob três perspectivas: a presença da morte, do tempo e do cuidado.

## A presença da morte

Quando Concone fala da relação entre envelhecimento e saúde, a possibilidade da morte está geralmente presente. Isso acontece, por exemplo, em um dossiê que ela organizou para a revista *Kairós*, em 2012, do qual não somente faz a apresentação, mas ainda contribui, como coautora, em dois trabalhos elaborados por seus orientandos.

Quando se refere à morte, a antropóloga tenta, de fato, evitar o que considera um lugar-comum:

Sempre me pareceu (não me coloco fora disso) que boa parte dos humanos se pensa imortal ou pelo menos não mortal (uma variante humana indeterminada), na medida em que a morte e o morrer são empurrados para o fundo do inconsciente, só se impondo à consciência em situações extremas. (VILLASENOR, CONCONE, 2012, p. 2)

A pesquisadora não entende, porém, que essa postura advenha de razões fortuitas. Segundo salienta, há uma justificativa psicológica para essa atitude que, às vezes, remete além da própria posição privilegiada de antropólogos:

A morte pode ser pensada intelectualmente, tornada objeto de investigação antropológica, sociológica ou outras; pode ser pensada em números ancorando questões epidemiológicas e análises populacionais; objetivada em recortes de gênero, classe, idade, etnia... Enfim, somos capazes de pensar a morte “em si”, a dificuldade é pensar a morte “para si”. Somos em tese... imortais, cada um de nós. (VILLASENOR, CONCONE, 2012, p. 2)

Além disso, Concone liga essa constatação a certos desafios epistemológicos: “o reconhecimento da complexidade dos fenômenos” e a “necessidade de construir novos saberes inter, pluri ou transdisciplinares”.

Diante do óbvio interesse que a antropóloga demonstra ao tema do envelhecimento, a questão da morte aparece como ponte unificadora em relação a outro de seus grandes focos, a religião: “buscar o ambiente religioso representa a atribuição de sentidos às demandas impostas pela vida cotidiana, inclusive à própria morte que se pacifica” (REZENDE; LODOVICI; CONCONE, 2012, p. 51). Ou seja, sem a preocupação com a morte, talvez os interesses investigatórios da pesquisadora nunca tivessem se voltado para o estudo da religião; isto é, tal preocupação criou o trinômio envelhecimento-morte-religião. Entretanto, os zigzagues entre os três elementos se dão a partir de um objetivo bastante positivo: “é preciso que se reconheça o sentido da morte para que se possa reconhecer também o sentido da vida” (REZENDE; LODOVICI; CONCONE, 2012, p. 51). Ainda assim, porém, a morte como “evento socio-histórico”, com suas “numerosas nuanças” (morais, estéticas e cognitivas), dispara uma enorme variedade de interpretações (REZENDE; LODOVICI; CONCONE, 2012, p. 62).

A crença na imortalidade acaba se tornando, então, uma forma de lidar com as tensões que irrompem dos processos de envelhecimento e a consciência da proximidade da morte, daí a necessidade que alguns povos sentem de lidar com a morte de forma icônica, mas também irônica, atenuando seu poder de criar alarme e receio (CONCONE; VILLASENOR, 2012, p. 41). Essa é a razão por que Paz (*apud* CONCONE; VILLASENOR, 2012, p. 43) fala, por exemplo, que “o mexicano está familiarizado com a morte, brinca com ela, acaricia-a, dorme com ela, comemora-a”. Trata-se de uma referência à celebração da festa do dia dos mortos, no México, onde, “diferentemente da visão da modernidade, que criou o mito da vida e da juventude”, a morte deixou de ser vista como um choque, como um sentimento traumático, como um vazio total” (CONCONE; VILLASENOR, 2012, p. 45).

Diante dessas considerações, Concone e Villasenor (2012, p. 46) chegam à conclusão de que a festa dos mortos no México desempenha um papel fundamental em atenuar alguns posicionamentos intolerantes da modernidade que contribuem para a desvalorização dos processos de envelhecimento como se estes fossem antagônicos à vida:

A filosofia do mundo moderno quer suprimir a morte, a dor, o envelhecimento; a cultura popular mexicana parece ir ao arrepio dessa forma de modernidade, dado que ensina que a morte persiste, que os mortos não morreram totalmente, mas continuam vivos na memória dos vivos e no imaginário popular. O sentimento da morte, que poderia ser de dor, tristeza e perda, transforma-se, nessa perspectiva, em motivo de festa, de maneira especial o dia dos mortos. Os limites da vida podem também nos ajudar a aceitar a morte de maneira natural, como parte da vida. A morte é uma fase de um ciclo infinito. A festa do dia dos mortos pode ser vista como um modo de preparar continuamente crianças e adultos para a dura realidade da morte, sabendo que esta é parte inevitável da existência humana.

Mas nem todo lugar é o México. Considerando o abarcamento do terror diante da morte na sociedade atual, especialmente a nossa, Concone (2007, p. 22) conclui que, por essa razão, “velho é o outro”, sempre. Sendo assim, o “medo da morte” deveria ser “um aspecto de especial preocupação do gerontólogo”.

## A presença do tempo

Outra temática que perpassa os interesses investigativos de Concone diz respeito à passagem do tempo (*cronos*). O envelhecimento é um processo decorrente dessa passagem, por isso é aceitável que surja a preocupação com sua compreensão em um arcabouço antropológico. Concone demonstra a consciência de que o fato de entendermos que a velhice nos aproxima da morte nos precipita mais rapidamente em direção a ela. Por isso, recorre às palavras do chefe Tuiávii, líder da tribo Tiavéa, nos mares do sul, no opúsculo intitulado *O papalagui*, uma compilação de seus comentários recolhidos por Erich Scheurmann (*apud* MURTA; CONCONE, 2009, p. 38):

[O papalagui] fala muito no tempo, diz muita tolice a respeito do tempo. Nunca existe mais tempo do que aquele que vai do nascer ao pôr-do-sol [...]. O papalagui nunca está satisfeito com o tempo que tem [...]. Divide o dia tal qual um homem partiria um coco mole com uma faca em pedaços cada vez menores [...]. Ter tantos anos significa ter vivido um número preciso de luas. É perigosa esta maneira de contar o número das luas, porque assim se chega a saber quantas luas durará a vida da maior parte dos homens. Todos prestam muita atenção nisso e, passando um número muito grande de luas, dizem: – Agora não vou demorar a morrer. E então essas pessoas perdem a alegria e morrem mesmo dentro de pouco tempo.

Como se percebe, o tempo constitui tema importante para a antropologia e para Concone. Segundo ela, “a passagem do tempo, apontada pelos outros, colhe-nos de surpresa; parece abrupta e não processual” (CONCONE, 2007, p. 23). Por causa disso, estabelece uma distinção entre dois tipos de tempo, para os quais emprega duas palavras gregas distintas, *cronos* e *kairós*.

Nessas revelações há um desajuste, ou melhor, um descompasso entre *Cronos* e *Kairós*. *Cronos* como passagem do tempo marcada pelo acúmulo dos aniversários é decretada primeiro pelos outros (“Como envelheceu fulano”, “Como está acabada beltrana”) [...]. Vivemos *Kairós*, enquanto deslizamos pelo tempo cronológico sem grandes rupturas; nos reconhecemos, a partir de dentro, sem saltos, de modo contínuo. O susto vem de fora. Hoje, cada vez mais, pode vir desse *alter ego* que é o espelho... que me compara comigo mesma. (CONCONE, 2007, p. 3)

Tratando, então, das referências jornalísticas à passagem do tempo pessoal e humano, Concone declara que “de certo modo, pode-se dizer que as idades fazem um resumo de identidades e insinuam biografias” (MURTA; CONCONE, 2009, p. 43). De fato, sua pesquisa descobriu alguns aspectos muito interessantes a respeito do modo como os jornais manipulam dados etários:

A ocultação de *cronos* oferece exceções: personalidades de destaque nacional e internacional podem ter suas idades apontadas nos textos dos jornais, quando, aparentemente, a idade é em si um dado de interesse (um músico que se apresente aos 80 anos, um novo projeto de um idoso arquiteto, uma exposição de idosa e renomada pintora); é como se a notícia destacasse nas entrelinhas o inusitado destas situações, seu interesse se apoia no “fenômeno”. Outra exceção para a exposição da idade é por ocasião do falecimento de figuras notórias. Neste caso, as notícias de 2004 envolvendo o Papa João Paulo II oferecem interessantíssimos desdobramentos. De fato, de modo geral a regra foi obedecida e a sua idade coerentemente com a regra, explicitada por ocasião da morte (antes disso havia referência à sua “fragilidade” ou “debilidade física”, dificuldade de falar”, logo compensada pela referência à “voz forte”,

“lucidez”, à oratória em três línguas); entretanto, quando se noticiam posições consideradas conservadoras (como a defesa do matrimônio heterossexual), a idade faz sua aparição: “o Pontífice de 84 anos também afirmou que as autoridades devem se opor ao aborto” [...]. Talvez haja aí uma referência velada ao Papa como “ultrapassado” em razão da idade. (MURTA; CONCONE, 2009, p. 49-50)

Essa é apenas uma das conclusões a que Concone chega em relação à forma como os jornais paulistanos lidam com a questão etária, mas serve para demonstrar os sentidos em que a temática do tempo pode lhe interessar como investigadora. De modo geral, a pesquisadora conclui alhures que “a temática do tempo suscita o aval dos direitos humanos e civis do idoso, quando reflete a necessidade de reconhecimento de uma contribuição social, um legado pelos deveres realizados” (LOPES *et al.*, 2014, p. 111). Ou seja, há interpretações conflitantes de acordo com as quais quem não é idoso tende a encarar a passagem do tempo como significativa da obsolescência de ideias e vigor, ao passo que os próprios idosos muitas vezes a veem como significativa de mérito: eles deram sua contribuição à sociedade e agora esperam reconhecimento e respeito por isso. Nesse contexto, criou-se “um modelo social amplo e geral de velho, presente no imaginário social, que se constrói pela contraposição à identidade de jovem” (MERCADANTE *apud* CONCONE, 2007, p. 24). Em tal modelo, até a atração sexual pelo idoso é vista como patológica e denominada gerontofilia, um “erotismo fora do lugar” (CONCONE, 2007, p. 29).

O tempo afeta os idosos em mais de uma dimensão. Psicologicamente, os remete para a proximidade da morte, criando ansiedades e temores. Socialmente, estabelece bases para a estigmatização. Fisicamente, produz perceptíveis alterações corporais que impactam a vida deles: rugas; branqueamento dos cabelos; “lentificação no processamento cognitivo, redução da atenção, dificuldade no resgate das informações aprendidas e redução da memória recente”; “diminuição do número e tamanho das fibras musculares e uma perda gradativa da força muscular e, conseqüentemente, do desempenho neuromotor”; “diminuição na capacidade de promover torque articular rápido, que é necessário nas atividades que requerem força moderada, como levantar-se da cadeira e subir escadas” (OLIVEIRA *et al.*, 2015, p. 202-203). Por tudo isso, “alguns idosos acabam sendo internados em instituições asilares, tendo como consequência o distanciamento de seu espaço familiar em que viveram por muito tempo, mesmo que este tenha sido um tempo difícil” (OLIVEIRA *et al.*, 2015, p. 203).

Além dos impactos psicológicos, sociais e físicos, a passagem do tempo ainda afeta negativamente os idosos na dimensão ocupacional, como se percebe numa análise que Ximenes e Concone (2009) fizeram em relação ao modo pelo qual a imprensa vê as relações entre idade, trabalho e aposentadoria. Quando “o mundo dos ‘fazeres’ define as pessoas”, é lamentável que o “mundo da produção” olhe, cada vez mais, o idoso como “objeto de descarte”, razão pela qual trabalho e velhice parecem não combinar (XIMENES; CONCONE, 2009, p. 80). Apesar disso, “a concepção de velhice em pouco menos de 100 anos foi modificada em mais de um sentido e ‘parece’ que foi empurrada para mais longe” (XIMENES; CONCONE, 2009, p. 82). Esses desenvolvidos acabam criando um impasse no qual o idoso se vê aprisionado: ou é forçado a trabalhar, quando talvez essa não seja sua opção voluntária, ou se vê alienado do mundo do trabalho. O pior se dá quando as duas situações ocorrem: é forçado a trabalhar e, como está alienado do mundo do trabalho, consente com subempregos que se colocam abaixo de sua dignidade.



## A presença do cuidado

Ao tratar do envelhecimento, Concone entende que a saúde deveria ser um dos seus elementos mais constantes. Como isso nem sempre acontece, a antropóloga se debruça sobre os diversos aspectos da saúde na velhice a fim de caracterizá-los. Isso ocorre, por exemplo, em um artigo que propõe a indagação “como gostaria de ser cuidado na velhice?” e no qual se declara que “a definição sobre quem cuidará do idoso em um futuro não muito distante” representa “um grande desafio para a gestão pública”, uma vez que “nosso contingente de idosos passou de três milhões em 1960 para 21,7 milhões em 2010” (LOPES *et al.*, 2014, p. 110). A pesquisa de campo se realizou entre agosto e dezembro de 2011, com o envolvimento de 39 sujeitos de ambos os sexos, isto é, todos os conselheiros municipais de saúde da Região Metropolitana de São Paulo, que foram convidados a participar de uma entrevista presencial e gravada. Os resultados obtidos e analisados levaram às seguintes conclusões principais:

Como síntese para as respostas obtidas, são mencionados explicitamente pessoas da família como bons cuidadores, e o domicílio (ou ambiente com os quais se identifica) como os mais desejáveis, remetendo a fatos acontecidos no passado [...]. Em termos pessoais, depreende-se das falas dos sujeitos uma excessiva valorização da família como depositária das qualidades necessárias ao cuidado: a família deve ser a cuidadora com o apoio de ações e serviços do Estado (LOPES *et al.*, 2014, p. 121).

Em Oliveira *et al.* (2016), Concone e colaboradores apresentam um questionamento semelhante ao do artigo de 2014: “quem cuidará de nós em 2030?”. Com recurso a um sistema metodologicamente intrincado conhecido como *Delphi* e a participação de 109 sujeitos, o artigo estuda a velhice como fenômeno socialmente produzido e trata da atuação dos assim chamados conselheiros no Sistema Único de Saúde (SUS) em relação aos idosos da Região Metropolitana de São Paulo. As conclusões mais importantes a que o artigo chega são: “a identidade configurada pelo envelhecer qualifica os idosos em categoria social que parece estar permanentemente em luta para conservar seu lugar, papel e importância na sociedade”; e “o principal problema a atingir o idoso, como consequência da evolução de condições crônicas e de sua trajetória de vida, é a perda da capacidade funcional” (OLIVEIRA *et al.*, 2016, p. 23).

Em outra pesquisa de Concone, os idosos indicaram que envelhecer ativamente “é envelhecer de forma lúcida, em movimento, não ficar em casa e não se tornar inativo após a aposentadoria” (OLIVEIRA *et al.*, 2014, p. 198). No caso do artigo de 2016, a resposta que os participantes, em sua grande maioria (62%), deram à indagação do título do artigo foi “que minha família e profissionais capacitados cuidassem de mim, na comunidade, convivendo com diferentes gerações” (OLIVEIRA *et al.*, 2016, p. 25).

Portanto, a produção acadêmica de Maria Helena V. B. Concone em periódicos científicos não é estritamente homogênea, mas coerente com a amplitude e a abrangência de seus interesses, priorizando o envelhecimento como uma questão de saúde. Em sua visão multifocal e reflexiva, ela entretence suas preocupações investigativas com a presença de algumas constantes: a morte, o tempo e o cuidado.

Em se tratando da morte, estabelece uma conexão íntima entre o ser, o envelhecer e o morrer, cuja tensão é mitigada pelo recurso à religião e à crença na sobrevivência da alma à morte do corpo. Na questão do tempo, as preocupações se dividem entre seus impactos psicológicos, sociais, físicos e ocupacionais. Finalmente, quanto ao cuidado, sua preocupação se volta para o modo, os agentes, a idade e o local onde passará a ser oferecido aos idosos. Sua pesquisa ouve a voz dos próprios idosos, que dizem preferir o cuidado familiar, em sua própria comunidade, salientando que o mais importante é que tenham sua funcionalidade preservada em todas as fases possíveis do processo.

## AS ORIENTAÇÕES DE DISSERTAÇÕES E TESES

Um aspecto importante da contribuição da antropóloga Maria Helena V. B. Concone emana de sua infatigável disposição e insuperável determinação para motivar seus orientandos de mestrado e doutorado na produção de pesquisa abrangente e de boa qualidade. Como se verá a seguir, a análise de suas orientações ao longo dos anos fornece comprovação adicional para o fato de que “os antropólogos agora tecem abordagens e perspectivas a partir de uma caixa de possibilidades que ultrapassam não apenas as temáticas, mas também as divisões epistêmicas” (KNAUFT, 2006, p. 407).

### O corpus

Com base nas teses e dissertações disponibilizadas no TEDE (página *online* da PUC-SP), foi possível montar um *corpus* com 52 itens – 16 dissertações de mestrado (30,7%) e 36 teses de doutorado (69,3%) –, que foram baixados no dia 4 de julho de 2019, e não se fez nenhuma tentativa de aumentá-lo a partir dessa data. Esse número não corresponde, porém, ao total de orientações feitas pela antropóloga, como se pôde verificar nos lançamentos existentes em seu Currículo Lattes. Apesar disso, optou-se por constituir esse *corpus* por razões de ordem prática. As teses e dissertações disponibilizadas no repositório da PUC-SP garantem a possibilidade de que os dados sejam conferidos facilmente pelos interessados e asseguram também acesso ao conteúdo integral delas. Além disso, uma comparação, mesmo superficial, do Currículo Lattes de Concone com o repositório permite rapidamente perceber que nem sempre a pesquisadora informou os dados definitivos das orientações, tendo havido casos em que os títulos foram alterados, ou dados, simplesmente omitidos.

Portanto, ao longo desta seção, o tratamento dos textos se concentra apenas nos itens do *corpus* levantado a partir do repositório. Ainda assim, em seus parágrafos finais, algumas teses e dissertações que não foram incluídas recebem menção ocasional a título de exemplificação, mas prescindindo de qualquer tratamento analítico mais profundo do que a simples referência ao título dos trabalhos, conforme consta no Currículo Lattes da antropóloga. A Tabela 3 dá uma visão geral do *corpus*.

**Tabela 3** – *Corpus* de orientações concluídas disponíveis no TEDE

Autor(a)	Ano	Tipo	Área	Gênero	Tema	Título	Metodologia
Ana Beatriz Almeida	2018	M	Ger	F	Env	Ditadura	Documental
Ana Cristina Silva	2016	M	Ger	F	Env	Impacto	Estudo de caso
Ana Perwin Fraiman	2010	D	Ant	F	Env	Assédio moral	Entrevistas

Anderson P. Barbosa	2013	M	Ger	M	Env	Área rural	Questionário
Bernadete de Oliveira	2014	D	Ant	F	Env	Quem cuidará	Entrevistas
Carlos Alberto Almendra	2007	D	Ant	M	Crim	Violência	Interpretativa
Celina Dias Azevedo	2018	D	CS	F	Env	Envelhecer	ND
Chiou Ruey Ling	2007	D	Ant	F	Env	Diáspora	Entrevistas
Cibele Sales da Silva	2018	M	Ger	F	Env	Experiência	Entrevistas
Cícera Vanessa Maia	2010	M	CS	F	Teatro	Trajetória	Questionário
Cirlei I. da Silva Paula	2008	D	CS	F	Rel	Ação social	Entrevistas
Cláudia C. Pinto	2017	M	Ger	F	Env	Estado da arte	Bibliográfica
Cláudio Miyagima	2009	D	CS	M	Saúde	Produção	Entrevistas
Edith F. S. Oliveira	2014	D	CS	F	Saúde	Inovação	Entrevistas
Egydio Barbosa Zanotta	2013	D	CS	M	Market	Contribuição	Bibliográfica
Eliane Garcia Rezende	2012	D	Ant	F	Rel	Espiritismo	Entrevistas
Elisabete C. C. Ohara	2012	D	Ant	F	Env	Papel do idoso	Entrevistas
Elizabeth Parente Costa	2014	D	Ant	F	Saúde	Hanseníase	Entrevistas
Elizete Peres Cardoso	2018	M	Ger	F	Env	Violência	Entrevistas
Fernanda Santana Jardim	2010	M	CS	F	Adm	Sentido	Entrevistas
Guilherme Rivero Vella	2010	M	CS	M	Rel	Pela ruptura	Entrevistas
Ítala Maria B. P. Silva	2006	D	Ant	F	Saúde	Relação	Entrevistas
Janete da Silva Lopes	2004	M	Ant	F	Env	Lugar	Entrevistas
Lígia A. da Silva Santos	2006	D	Ant	F	Cotid	Corpo, comer	Entrevistas
Marco Antônio Simões	2016	D	CS	M	Rel	Testemunhas	Documental
Maria Amélia X. C. Lima	2011	D	Ant	F	Env	Ócio e trabalho	ND
Maria Cristina M. Avelar	2014	D	Ant	F	Env/Rel	Lugar	Entrevistas
Maria de Fátima P. Silva	2013	D	Ant	F	Saúde	Transplantação	Quest/Entrev
Maria Elisa G. Manso	2014	D	Ant	F	Saúde	Gente não é	Entrevistas
Mário César da S. Pereira	2015	D	Ant	M	Env	Re(a)presentação	Entrevistas
Maristela de M. Bóccia	2009	D	CS	F	Env	Longevidade	Entrevistas
Nadja M. Gomes Murta	2013	D	Ant	F	Saúde	Acaso dos casos	Quest/Entrev
Natalia Semino	2017	M	Ant	F	Gênero	Trilhas digitais	Entrevistas
Nuno de N. da C. Bispo	2015	D	Ant	M	Env	Impacto	Entrevistas
Pedro Lodovici Neto	2009	D	Ant	M	Env	Velhos musicistas	Entrevistas
Rafael Lopez Villasenor	2013	D	CS	M	Rel	Sem religião	ND
Reginaldo Antolin Bonatti	2011	D	Ant	M	Saúde	Fisioterapia	Entrevistas
Regislaine Leôncio Pereira	2017	M	Ger	F	Env	Possibilidades	Quest/Entrev
Renata dos S. Castilho	2011	M	Ger	F	Env	Estética	Entrevistas
Roberto Martins de Souza	2008	D	Ant	M	Saúde	Representações	Entrevistas
Rosa Maria Martins Juang	2008	D	Ant	F	Saúde	Olhar	Questionário
Rosália Monteiro Mota	2010	M	CS	F	Ed/Saúde	Trabalho	Entrevistas
Rosália Monteiro Mota	2017	D	CS	F	Educ	Conexões	Quest/Entrev
Sandra R. Martins Caldas	2017	M	Ant	F	Saúde	Grupos de mútua	Entrevistas
Santana M. A. de Sousa	2009	D	CS	F	Cot/Saú	Cotidiano	Entrevistas
Solange Salussolia Vaini	2008	D	CS	F	Rel	Sagrado ganha	Documental
Susete M. R. C. Oliveira	2014	D	Ant	F	Env	Olhar sobre	Entrevistas
Tania M. Lopes Torres	2018	D	Ant	F	Rel/Saú	Rito da unção	Entrevistas
Valderlei Furtado Leite	2010	D	Ant	M	Ed/Raça	Diversidade	Questionário
Valêncio Manoel	2007	D	Ant	M	Saúde	Complexo	Inquérito
Virginia M. O. Coronago	2009	M	Ant	F	Env	Papagaio veio	Entrevistas
Virginia M. O. Coronago	2014	D	Ant	F	Gênero	Memória, arte	Entrevistas

A Tabela 3 se refere ao *corpus* de análise e identifica a autoria dos trabalhos orientados por Maria Helena V. B. Concione em sua atividade docente na PUC-SP, bem como o ano de conclusão das orientações (2004 a 2018), o nível da pós-graduação aos quais pertencem (mestrado ou doutorado) e sua área de concentração (antropologia, gerontologia ou ciências sociais). Além disso, informa o gênero do(a) orientando(a), o tema geral do trabalho (administração, cotidiano, criminalidade, educação, envelhecimento, gênero, *marketing*, raça, religião, saúde, teatro etc.), a(s) primeira(s) palavra(s) do título e a metodologia empregada. No caso dos títulos, optou-se, por uma questão de conveniência, incluir apenas a(s) primeira(s) palavra(s), após a eliminação do artigo que possa vir antes dela(s).

## Campos e sujeitos da pesquisa

As pesquisas do *corpus* pertencem a três campos: gerontologia, antropologia e ciências sociais. Em geral, eles se definem, aqui, a partir da área de concentração que consta da folha de rosto da versão final da dissertação ou tese. Obviamente, a antropologia é uma subárea das ciências sociais, mas, em alguns casos, a área de concentração simplesmente não consta da folha de rosto e não é possível identificá-la no resumo nem na discussão metodológica ou no restante do trabalho. Sendo assim, é melhor supor, aqui, que tais trabalhos tenham um caráter mais geral ou multidisciplinar, cujo foco imagina-se mais amplo do que aquele pertinente exclusivamente aos interesses da antropologia. A Tabela 4 apresenta a distribuição dos trabalhos de acordo com a área.

**Tabela 4** – Distribuição das orientações por área

	Mestrado	Doutorado	Total
Antropologia	04	25	29
Gerontologia	08	-	08
Ciências sociais	04	11	15
<b>TOTAL</b>	16	36	52

**Fonte:** Elaboração própria.

Como a Tabela 4 mostra, a metade das orientações de mestrado (oito, isto é, 50%) se vincula à área da gerontologia. No entanto, nenhuma tese de doutorado está relacionada a esse campo, o que faz com que o percentual caia para apenas 15,3% em comparação com o número total de orientações. Isso significa que, apesar de o tema do envelhecimento ser muito importante na carreira de Maria Helena V. B. Concione, apenas aproximadamente uma em cada seis orientações do *corpus* pertence *stricto sensu* ao programa de pós-graduação em gerontologia.

Em contraste, as orientações de mestrado com ênfase em antropologia são apenas quatro, isto é, 25% das dissertações, no entanto são muito mais numerosas em nível de doutorado (25, isto é, 69,4% das teses). Sendo assim, são 29 orientações, o que corresponde a 55,7% do total. Isso significa que, sem qualquer surpresa, a antropóloga fez mais orientações na área específica da antropologia do que em qualquer outra. Porém, não se está dizendo com isso que as demais orientações estejam inteira ou parcialmente divorciadas da antropologia. Trata-se apenas do caso de não expressarem uma

preocupação essencial e exclusivamente antropológica, o que sugere que Maria Helena V. B. Concione tem interesses amplos e variados, que lhe dão flexibilidade intelectual e acadêmica suficiente para honrar as preferências de seus orientandos.

Conforme mostra a Tabela 5, há mais mulheres do que homens no *corpus*. Estes correspondem a apenas 26,9% do número de orientações (14 trabalhos), ao passo que aquelas alcançam o percentual de 73,1% (38 trabalhos).

**Tabela 5** – Distribuição das orientações por gênero

	Mestrado	Doutorado	Total
Homens	02	12	14
Mulheres	14	24	38
<b>TOTAL</b>	16	36	52

**Fonte:** Elaboração própria.

## Objeto de estudo, metodologia e análise

Apesar da relevância de apresentar os dados concernentes à área de concentração (gerontologia, antropologia e ciências sociais) e nível (mestrado, doutorado) dos trabalhos orientados, bem como de algumas peculiaridades dos orientandos (nome e gênero), a parte mais importante desta análise recai sobre o objeto de estudo e a metodologia. Em função disso, a Tabela 6 apresenta a temática dos trabalhos.

**Tabela 6** – Objetos de estudo das orientações

	Mestrado	Doutorado	Total
Administração	01	-	01
Criminalidade	-	01	01
Cotidiano	-	01	01
Educação	-	01	01
Envelhecimento	10	12	22
Gênero	01	01	02
Marketing	-	01	01
Raça	-	01	01
Religião	01	05	06
Saúde	02	13	15
Teatro	01	-	01
<b>TOTAL</b>	16	36	52

**Fonte:** Elaboração própria.

A Tabela 6 mostra, portanto, as temáticas de pesquisa das 52 orientações em nível de mestrado e doutorado, e algumas decisões de ordem foram tomadas para facilitar a apresentação dos dados. Por exemplo, embora se conceba que a temática do envelhecimento seja afim à da saúde, preferiu-se considerá-las separadamente, uma vez que um rápido exame preliminar das dissertações e teses

revelou que o envelhecimento era um dos temas dominantes. Por outro lado, na classificação dos demais temas deu-se preferência à área da saúde em todos os casos em que a temática parecia refletir mais de uma área. Assim, quando a temática girava simultaneamente em torno da saúde e de outros temas, como educação, religião e cotidiano, foi categorizada como “saúde”. Além disso, em uma única ocorrência, privilegiou-se, na classificação, o tema “raça” em detrimento de “educação”.

Os dados da Tabela 6 contrariam duas expectativas que havia em relação às tendências de seleção do objeto de pesquisa. Em primeiro lugar, esperava-se que os temas avulsos de antropologia da saúde, isto é, aqueles que não repercutissem preocupações com o envelhecimento, aparecessem mais em nível de mestrado, haja vista que representariam casos mais complexos para a orientação de uma antropóloga sem formação específica no campo da saúde. Portanto, se supunha que o nível de dificuldade se elevaria com o concomitante aumento do nível de pós-graduação, o que faria com que tais temas tendessem a permanecer em nível de mestrado, sem sua transposição para o de doutorado. Assim, surpreendeu descobrir que várias teses de doutorado versaram acerca de temas tão abrangentes e variados quanto os identificados: produção de conhecimento e serviço na saúde; inovação tecnológica em saúde; modelos sociais da hanseníase; relação conflituosa entre médicos e enfermeiras no contexto hospitalar; transplantação de medula óssea; doenças crônicas; alimentação e nutrição; fisioterapia; tuberculose; distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT); cotidiano da enfermagem; cura religiosa; e malária em Angola. Essa lista exemplificativa parece suficiente para demonstrar a grande amplitude de interesses e as multivariadas tendências de pesquisa de Maria Helena V. B. Concione.

Em segundo lugar, outro fator surpreendente foi que, em termos de orientações, não há uma representatividade muito grande de temas exclusivamente religiosos, área que, fora isso, aparece constantemente associada ao nome da antropóloga. Trata-se de apenas uma dissertação de mestrado e cinco teses de doutorado, o que representa somente 11,5% do total de orientações. Esse percentual relativamente baixo contrasta com as duas temáticas de maior ocorrência no *corpus*: as 22 orientações de trabalhos sobre envelhecimento (42,3%) e as 15 referentes a trabalhos avulsos sobre saúde (28,8%). As orientações de temas unitários, isto é, que ocorrem apenas uma vez quando abordados de forma exclusiva – ou seja, sem se subordinar aos outros três temas principais (envelhecimento, saúde e religião) – aparecem sete vezes (13,4%). A categoria de temas unitários supera, portanto, a dos temas religiosos, o que demonstra, mais uma vez, a grande versatilidade de uma orientadora capaz de tráfegar por assuntos tão variados como administração, cotidiano, criminalidade, *marketing*, raça e teatro, sem necessariamente vinculá-los com seus interesses principais e imediatos de pesquisa. Outras duas temáticas que merecem menção são educação, com três orientações (5,7%), e gênero, com duas orientações (3,8%), embora apenas uma tese de doutorado trate da educação como tema exclusivo, isto é, sem associá-la com saúde ou raça.

Esta análise dos temas de pesquisa da antropóloga sugere que, de fato, a pós-modernidade atualmente impacta os interesses antropológicos de maneira bastante próxima da forma como Fontana (2006, p. 161) descreve tal impacto nas ciências humanas de modo geral:

Hoje, nos concentramos em pacotes menores de conhecimento; estudamos a sociedade em seus fragmentos, em seus detalhes diários [...]. O pós-modernismo afetou muitos campos,

desde a arquitetura até a crítica literária, da antropologia à sociologia. Ele forneceu poucas respostas, mas suscitou mais questionamentos [...].

A Tabela 7 apresenta os dados sobre as metodologias empregadas.

**Tabela 7** – Metodologias empregadas nas orientações

	Mestrado	Doutorado	Total
Bibliográfica	01	01	02
Documental	01	02	03
Entrevistas	10	23	33
Entrevistas/Questionário	01	03	04
Estudo de caso	01	-	01
Inquérito	-	01	01
Interpretativa	-	01	01
Questionário	02	02	04
Não disponível	-	03	03
<b>TOTAL</b>	<b>16</b>	<b>36</b>	<b>52</b>

**Fonte:** Elaboração própria.

A análise da metodologia tomou por base a informação constante no resumo e, na falta de uma identificação explícita ali, o que foi encontrado na seção de metodologia. Como a análise levou em conta que toda pesquisa pressupõe uma dimensão bibliográfica, consideraram-se como bibliográficas somente duas pesquisas que explicitamente se identificaram como tais, sem nenhum esforço adicional de se filiarem a outras opções metodológicas. Trata-se, com efeito, de dois trabalhos apenas, um em nível de mestrado, e outro, de doutorado, totalizando 3,8% dos casos. Apenas três pesquisas (5,7%) recorreram a uma metodologia que não apareceu em nenhuma dissertação ou tese doutoral. Houve um estudo de caso em nível de mestrado que parece, além disso, ter recorrido a algum tipo de entrevista, apesar de tal fato não ser ali explicitado. Uma tese descreveu sua metodologia como constituída de inquéritos, mas não os descreveu de forma suficientemente detalhada. Trata-se de um trabalho voltado a uma pesquisa realizada em Angola, o que talvez justifique a ausência de informações mais pormenorizadas sobre o que seriam esses inquéritos. Outra tese doutoral indicou sua metodologia vagamente como interpretativa.

Três teses doutorais (5,7% dos trabalhos) simplesmente não forneceram nenhuma informação acerca de sua metodologia. Esse aparente descaso dos autores talvez emane de certa tendência pós-moderna de menosprezar a importância das metodologias. Foucault, Baudrillard e Lyotard, por exemplo, são alguns dos teóricos mais proeminentes a quem geralmente se responsabiliza por terem desafiado as ideias modernas acerca do poder e da racionalidade, com isso minando nossas ilusões de rigor e objetividade (ALLMENDIGER, 2001). Por isso, Fontana (2006, p. 162) afirma que “o pós-modernismo defende a desfocagem [*blurring*] e a fragmentação das teorias e métodos”. Segundo ela, os pós-modernos, como Lyotard e Derrida, advogaram o abandono dos “paradigmas e pressupostos tradicionais”, desconstruindo-os e optando pela “ambiguidade e contextualidade do significado”, assim propondo que uma “teorização grandiosa” tenha suprimido a ambiguidade a fim de impor “uma única interpretação comumente considerada como verdade”, em detrimento de reconhecer que o que

esses teóricos faziam era simplesmente preferir “uma escolha entre muitas verdades possíveis” (FONTANA, 2006, p. 162).

Por outro lado, uma dissertação de mestrado e duas teses doutorais optaram pela metodologia da análise documental, totalizando três trabalhos (5,7%). No entanto, as pesquisas recorreram, em sua maioria, a entrevistas, questionários ou uma combinação de ambos. Quatro trabalhos (7,6%) fizeram uso de questionários apenas, 33 seguiram o caminho das entrevistas (61,5%) e quatro outros combinaram as duas ferramentas (7,6%). No total, 41 trabalhos (78,8%) empregaram uma dessas metodologias ou as duas, o que indica a crescente importância da entrevista na atual pesquisa antropológica. A esse respeito, Fontana (2006, p. 161) comenta:

Influenciada por epistemologias pós-modernas, [...] a nossa se tornou “a sociedade das entrevistas” [...]. As entrevistas não são mais reservadas aos pesquisadores sociais ou repórteres investigativos, mas se tornaram o material da vida, já que os membros da sociedade passam grande parte de seu tempo fazendo perguntas, respondendo perguntas ou assistindo a programas de TV em que pessoas fazem e, por sua vez, respondem perguntas. Todo mundo parece ter um conhecimento rotineiro das regras de entrevista, sem necessidade de instruções.

Percebe-se, portanto, que há várias razões para que os pesquisadores escolham as entrevistas como a metodologia preferencial. Em geral, elas se adaptam bem ao contexto da pós-modernidade, podem ser feitas com naturalidade e não exigem altos graus de domínio técnico. Com isso, não se diz, porém, que os orientandos de Concone tenham intencionalmente optado por uma estratégia pós-moderna de entrevistas. Afirma-se somente que a preferência pós-moderna pela entrevista os tenha influenciado a decidir por esse caminho, pois as descrições de suas estratégias de entrevista pouco explicitam – umas mais, outras menos – as principais características da entrevista de viés intencionalmente pós-moderno, identificadas por Fontana (2006, p. 162) como sendo, entre outras coisas: a “desfocagem” [*blurring*] dos papéis de entrevistador e entrevistado, que passam a se confundir; a cooperação entre ambos para construir uma narrativa (como no caso das teses de doutorado intituladas *A morte dos filhos na fala das mães* e *A gente não é uma doença, tem muita coisa por trás: narrativas de um grupo de pessoas portadoras de doenças crônicas sobre seu adoecimento*); o escrutínio da autoridade do entrevistador como entrevistador e escritor; o colapso das fronteiras entre as disciplinas; a inclusão de modos de expressão oriundos da literatura, música, poesia e drama, com abertura para o cinemático e o televisual (como no caso das teses *O prestígio religioso na umbanda, dramatização e poder*; *Velhos musicistas em ação*; e *Cinema e sexo explícito: os homens e a aids*); e o recurso à mídia eletrônica (como no caso da tese *O uso do Facebook pelas mulheres*).

A variedade de metodologias e temáticas sugere que Maria Helena V. B. Concone converge, em grande medida, com a ideia de que a antropologia cultural caminha atualmente para ser pós-paradigmática (KNAUFT, 2006, p. 408). Além disso, a integração entre teoria e prática surge como um valor evidente em suas orientações, como, por exemplo, no caso da tese *O jovem e o imaginário da AIDS: o bricoleur de suas práticas e representações*. Tais posicionamentos reforçam a compreensão obtida de outros pesquisadores quanto aos caminhos atuais da antropologia:

A partir de um meio-termo prático, os antropólogos migram, cada vez mais, dos “tópicos de estudo” para os “problemas de pesquisa”. Esta tendência engaja e conecta a prática com a



academia, já que os dois lados costumam “ter um problema”. De um lado está o “problema” em seu sentido social e científico: a exposição sistemática de um impasse empírico de modo que as informações coletadas em relação a ele podem produzir novo conhecimento e compreensão. Do outro lado está o “problema” em seu sentido prático e aplicado: a investigação crítica de um dano, crise ou condição humana, conforme definidos ocasionalmente por um cliente, que requerem investigação e minoração. Na antropologia contemporânea, o meio-termo entre os problemas acadêmicos e humanos tem a capacidade de ligar a teoria diretamente à prática. (KNAUFT, 2006, p. 417)

Essa diluição ou quebra de uma distinção rígida entre teoria e prática também é um efeito colateral da pós-modernidade. Segundo Benko (1999, p. 196), o termo “pós-moderno” traduz “uma mudança na função social da esfera cultural, uma inflação da forma estética que invade completamente as práticas sociais da quotidianidade”. Isso faz com que o mundo seja governado pelas imagens, isto é, tornando-o um *image-ridden world* (como no caso das teses *Visualidade e mundo moderno: imagens da velhice; Do canto (lugar maldito) ao lugar (porto seguro): representações do manicômio; O fruto proibido e o pão; O caleidoscópio e a rede: aids e drogas; O lobo e o labirinto*). Ou seja, já não são as teorias que informam a prática, mas as imagens. De fato, quando presentes, de forma explícita, nas discussões acadêmicas, as teorias agora cedem grande espaço para a contemplação da prática.

Não apenas se percebe a tendência de aproximar teoria e prática nas orientações de Concone quanto é possível também notar que, às vezes, essa foi uma preocupação da própria investigação. Isso ocorre, por exemplo, na tese intitulada *Produção do conhecimento e serviço na saúde: (des)conexão entre teoria e prática*.

Além disso, os interesses da pesquisadora se voltam para outra tendência pós-moderna da antropologia. De acordo com Knauft (2006, p. 418), trata-se de tópicos específicos e preocupações éticas voltados para

política, organização translocal, economia, comércio, expropriação ou ambientalismo; religião, crença ou espiritualidade; estética ou *performance*; meios de comunicação de massa ou pequena mídia; gênero e/ou sexualidade; saúde, doença ou intervenção médica; direitos humanos, ética ou moralidade; e muitas outras questões significativas.

Como se vê, as orientações de Concone estão inteiramente alinhadas com esses interesses. Já foram mencionadas, até aqui, várias dessas preocupações. De fato, nada lhe escapa. Por exemplo, até um tema indigesto como o da moralidade pode aparecer representado grosso modo na orientação de uma tese intitulada *Assédio moral na pré-aposentadoria*.

Em suma, as orientações da antropóloga mostram que ela está inteirada das principais tendências da antropologia contemporânea e as segue. Sob pena de parecer uma declaração tautológica, uma vez que se estuda o fazer antropológico da referida pesquisadora para sugerir possíveis tendências que estejam predominando na disciplina, arriscamo-nos a dizer que suas marcas distintivas são a natureza interdisciplinar e transdisciplinar dos temas, a opção por metodologias *softcore* e a diluição de uma distinção rígida entre teoria e prática em favor de imagens dominantes e sugestivas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo pretendeu analisar como saúde e envelhecimento – duas categorias tão conspícuas na atualidade – podem se integrar à pesquisa em antropologia urbana, uma vertente que está se tornando fundamentalmente importante para definir ou redefinir as responsabilidades humanas em relação ao ambiente e ao cuidado que os seres humanos devem exercer uns aos outros. Mais longevos e saudáveis, os indivíduos amontoam-se agora em grandes aglomerações urbanas. Pela consideração da produção e liderança acadêmica da antropóloga Maria Helena V. B. Concione, procurou-se traçar a trajetória de uma vertente da investigação antropológica na cidade de São Paulo nos últimos 20 anos. A análise revelou que essa trajetória reflete as tendências da pesquisa antropológica nos países mais adiantados, especialmente os Estados Unidos, acerca das quais Knauff (2006, p. 407) faz a seguinte descrição:

Durante a última década e meia, os antropólogos têm desistido, cada vez mais, dos grandes debates teóricos a fim de buscar articulações de nível médio que efetivamente cruzam muitas das linhas divisórias e das oposições tradicionais da disciplina. Nesse processo, um meio-termo de crescentes conexões intersecta a teoria acadêmica e a prática aplicada, as escalas regionais e os locais de análise, as áreas mundiais, as estruturas gerais e os eventos específicos, a etnografia e a história, e até o objetivismo, fazendo com que se fecundem mutuamente, vis-à-vis os gêneros reflexivos ou experimentais de representação e análise. Em meio aos contínuos desafios do método e da representação antropológica, essas articulações pós-paradigmáticas têm aberto a antropologia sociocultural para importantes novas faixas de perspectiva, campos tópicos e intervenções críticas.

Em se tratando das tendências de pesquisa de Maria Helena V. B. Concione, o destaque vai para sua grande abrangência, variabilidade e natureza multifacetada. Apesar disso, a antropóloga não se aventurou indiscriminadamente por trajetórias que, em certa medida, talvez lhe escapassem. A virtual ausência do tratamento de temas atualmente conspícuos como ambiente e globalização é uma prova disso. No entanto, sua energia investigatória desmente e, ao mesmo tempo, confirma a declaração de Freedman (1978, p. 8), citada na introdução deste trabalho, de que “talvez nenhum” antropólogo consiga praticar a antropologia “em todas as suas áreas”. Concione quase consegue fazê-lo.

De todo modo, também no Brasil, “qualquer que seja a forma exata dos desenvolvimentos futuros, parece um bom sinal que os implementos na caixa de ferramentas da antropologia (teórica, metodológica, tópica e prática) estão ficando mais ricos, mais diversificados e mais vibrantemente entrelaçados” (KNAUFT, 2006, p. 425-426).

Note-se que a palavra “moderna-idade” hifenizada para produzir dois vocábulos distintos (*modern*, “moderno” em inglês, e *idade*, uma clara referência ao processo de envelhecimento), não é trocadilho gratuito, ela explicita a atualidade das concepções antropológicas de Maria Helena V. B. Concione e os direcionamentos que ela lhes dá. Não se trata, porém, do sentido filosófico usual da palavra “modernidade”, uma vez que a pesquisadora da PUC-SP não se deixou encarcerar pelas concepções de uma única época. Retoma-se o termo em sua acepção etimológica, menos comum, mas não sem importância. Etimologicamente, é moderno o que se define com relação à sua “emergência no tempo”, como “presente”. De fato, “a palavra *modernus* aparece no baixo latim no

fim do século V, vinda de *modo*”. Portanto, “*modernus* não significa então o que é novo, mas o que é atual, contemporâneo daquele que fala” (BENKO, 1999, p. 187). E Maria Helena V. B. Concione é moderna nesse sentido da palavra. Ela consegue falar de modo atual e contemporâneo ao que investiga ou ao que leva os outros a investigarem. A partir das imagens que forma, geralmente consegue captar nuanças e realçar matizes. Ela aponta caminhos e os delinea. E, em assim fazendo, só nos resta segui-la.

A metáfora da árvore, onipresente em suas palestras e aulas, corporificada no desenho publicado na estampa de “A celebração da morte no imaginário popular mexicano” (CONCONE, 2012, p. 37), segue uma tradição ilustre. Wotling (2013, p. 332) descreve a mania que Nietzsche tinha de comparar o ser humano a uma planta e afirma que “a metáfora vegetal tem também como meta lembrar que o homem é um fragmento de natureza, e não uma essência eterna, imutável”. No caso do uso que Concione faz da metáfora, não se trata propriamente de uma mania. A antropóloga não apenas reconhece esse “fragmento de natureza”, mas trabalha para sua floração: espreitando, hortando, estendendo a mão para segurar ou sustentar, aceitando, recebendo nos braços e no coração. E é lá, no coração, que sua antropologia se torna essencial para todos nós que a seguimos. Os rumos que propõe para a antropologia da saúde, do envelhecimento, da religião, são os do coração, intrinsecamente humanos e, portanto, antropológicos.

## REFERÊNCIAS

ALLMENDIGER, P. **Planning in postmodern times**. London: Routledge, 2001.

BENKO, G. Modernidade, pós-modernidade e ciências sociais. **Revista do Departamento de Geografia**, n. 13, p. 187-213, 1999 [1997].

CHECKER, M. Anthropology in the public sphere, 2008: emerging trends and significant impact. **American Anthropologist**, v. 111, n. 2, p. 162-169, 2009.

CONCONE, M. H. V. B. Antropologia da saúde/doença. In: BERNARDO, T.; TÓTORA, S. (Orgs.). **Ciências sociais na atualidade do Brasil: resistência e invenção**. São Paulo: Paulus, 2008b. p. 283-301.

CONCONE, M. H. V. B. A pesquisa e a ética. In: GUERRIERO, I. C. Z.; SCHMIDT, M. L. S.; ZOCKER, F. (Orgs.). **Ética nas pesquisas em ciências humanas e sociais na saúde**. São Paulo: Hucitec, 2008a. p. 109-127.

CONCONE, M. H. V. B. Os sentidos da saúde: uma abordagem despretensiosa. In: GOLDENBERG, P.; MARSIGLIA, R. M. G.; GOMES, M. H. A. (Orgs.). **O clássico e o novo: tendências, objetos e abordagens em ciências sociais e saúde**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2003. p. 75-82.

- CONCONE, M. H. V. B. Finitude e Morte: certezas negadas. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 15, p. 1-10, 2012.
- CONCONE, M. H. V. B.; VILLASENOR, R. L. A celebração da morte no imaginário popular mexicano. **Revista Kairós Gerontologia**, v. 15, n. esp. 12, p. 37-47, 2012.
- CONCONE, M. H. V. B. Medo de envelhecer ou de parecer?. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 10, n. 2, 2007.
- FASSIM, D. (Ed.). **A companion to moral anthropology**. Chichester, West Sussex: Wiley Blackwell, 2015.
- FONTANA, A. Postmodern trend in interview. *In*: GUBRIUM, J. F.; HOLSTEIN, A. J. (Eds.). **Handbook of Interview Research: context and method**. Thousand Oaks, CA: Sage, 2006. p. 161-174.
- FREEDMAN, M. Social and cultural anthropology. *In*: HAVET, J. (Ed.). **Main trends of research in the social and human sciences: anthropological and historical sciences, aesthetics and the sciences of art**. The Hague, Paris & New York: Mouton/UNESCO, 1978. Part 2, v. 1, p. 3-176.
- GEERTZ, C. **Nova luz sobre a antropologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- GOODMAN, R. New research trends in the anthropology and sociology of Japan. **Japan Aktuell**, v. 3, p. 69-74, 2006.
- GUERRÓN-MONTERO, C. Introduction: practicing anthropology in Latin America. **Practicing Anthropology**, v. 24, n. 4, p. 2-4, 2002.
- HAVET, J. Foreword. *In*: HAVET, J. (Ed.). **Main trends of research in the social and human sciences: anthropological and historical sciences, aesthetics and the sciences of art**. The Hague, Paris & New York: Mouton/UNESCO, 1978. Part 2, v. 1, p. xx-xlvi.
- KEMPER, R. V. Trends in urban anthropological work: an analysis of the journal *Urban Anthropology*, 1972-1991. **Urban Anthropology**, v. 20, n. 4, p. 373-384, 1991.
- KNAUFT, B. M. Anthropology in the middle. **Anthropological Theory**, v. 6, n. 4, p. 407-430, 2006.
- LOPES, R. G. C.; OLIVEIRA, B. O.; CONCONE, M. H. V. B.; CÔRTE, B. C.; ALVES, V. P. A.; NOBREGA, O. N. Como gostaria de ser cuidado na velhice? Opiniões dos Conselheiros Municipais de Saúde da Região Metropolitana de São Paulo. **Tempus-Actas de Saúde Coletiva**, v. 8, n. 3, p. ág. 109-123, 2014.
- LOW, S. M. (Ed.). **Theorizing the city: the new urban anthropology reader**. New Brunswick, New

Jersey & London: Rutgers University Press, 2005.

MARCUS, G. E. (Ed.). **Critical anthropology now: unexpected contexts, shifting constituencies, changing agendas**. Santa Fe: School of American Research, 1999.

M'BOW, A-M. Preface. In: HAVET, J. (Ed.). **Main trends of research in the social and human sciences: anthropological and historical sciences, aesthetics and the sciences of art**. The Hague, Paris & New York: Mouton/UNESCO, 1978. Part 2, v. 1, p. xiii-xix.

MITRA, V. **Modern trends of anthropology**. Gandhinagar, India: Inlibnet Centre, 2018. Disponível em: [http://vidyamitra.inlibnet.ac.in/data-server/eacharya-documents/5717528c8ae36ce69422587d\\_INFIEP\\_304/4/ET/304-4-ET-V1-S1\\_\\_file1.pdf](http://vidyamitra.inlibnet.ac.in/data-server/eacharya-documents/5717528c8ae36ce69422587d_INFIEP_304/4/ET/304-4-ET-V1-S1__file1.pdf). Acesso em: 24 abr. 2018.

MURTA, N. M. G.; CONCONE, M. H. V. B. Idade: A manifestação de Cronos nos jornais paulistanos. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 12, 2009.

NAROLL, R. Book review. **American Anthropologist**, n. 63, p. 389-392, abr. 1961.

OLIVEIRA, B. D.; CONCONE, M. H. V. B.; LODOVICI, F. M. M.; LOPES, R. G. D. C.; CÔRTE, B. Quem cuidará de nós em 2030?: prospecção e consenso na região metropolitana de São Paulo. **Estud. interdiscip. envelhec**, p. 11-34, 2016.

OLIVEIRA, J. M.; FERREIRA, S. O.; BISPO, N. D. N. C.; CONCONE, M. H. V. B. Alterações físico-sociais decorrentes do envelhecimento na perspectiva de idosos institucionalizados. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 18, n. 4, p. 197-214, 2015.

OLIVEIRA, B.; CONCONE, M. H. V. B.; LODOVICI, F. M. M.; LOPES, R. G. C. Atenção à Saúde do Idoso: Políticas públicas e “saber local”. **Argumentum**, v. 6, n. 1, p. 190-207, 2014.

REZENDE, E. G.; LODOVICI, F. M. M.; CONCONE, M. H. V. B. A infinitude na religião: quando uma vida só não basta. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 15, p. 48-65, 2012.

ROEPSTORFF, A.; FRITH, C. Neuroanthropology or simply anthropology? Going experimental as method, as object of study, and as research aesthetic. **Anthropological Theory**, v. 12, n. 1, p. 101-111, 2012.

SAHLINS, M. D.; SERVICE, E. R. (Eds.). **Evolution and culture**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1960.

SANJEK, R. Urban anthropology in the 1980s: a world view. **Annual Review of Anthropology**, v. 19, p. 151-186, 1990.

SANTOS, B. S. **Um discurso sobre as ciências**. 6. ed. Porto: Afrontamento, 1993.

STEWART, J. H. **Evolution and ecology**: essays on social transformation. Urbana: University of Illinois Press, 1977.

SYKES, K. M. Moral reasoning. *In*: FASSIM, D. (Ed.). **A companion to moral anthropology**. Chichester, West Sussex: Wiley Blackwell, 2015. p. 169-185.

TORRY, W. I. Anthropology and disaster research. **Disasters**, v. 3, n. 1, p. 43-52, 1979.

TURNER E.; TURNER F., Victor Turner as We Remember Him', **Anthropologica**, 1985, vol. 27, n. 1-2, p. 11-16.

VINCENT, J. **Anthropology and politics**: visions, traditions, and trends. Tucson: The University of Arizona Press, 1990.

WHITE, L. A. **The evolution of culture**: the development of civilization to the fall of Rome. Walnut Creek: Left Coast Press, 2007.

WOTLING, P. **Nietzsche e o problema da civilização**. Tradução de Vinicius de Andrade. São Paulo: Barcarolla, 2013.

XIMENES, M. A.; CONCONE, M. H. V. B. Velhice e trabalho, uma relação possível?. **Revista Kairós-Gerontologia**, v. 12, 2009.

.